



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1. Conforme constante de Demanda de Contratação inicial, a presente solicitação visa à contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de móveis sob medida. A aquisição atenderá às necessidades dos gabinetes e salas da Câmara Municipal de Pato Branco.

1.2. A Câmara de Vereadores de Pato Branco dispõe atualmente de mobiliário com mais de 10 (dez) anos de uso. Com o desgaste natural do tempo, muitos desses móveis apresentam danos estruturais, comprometendo a ergonomia, funcionalidade e organização dos espaços administrativos.

1.3. A substituição e adequação do mobiliário visam proporcionar melhores condições de trabalho aos vereadores e servidores, garantindo um ambiente mais seguro e eficiente para o desempenho das atividades legislativas e administrativas.

2. DA PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1. A presente contratação tem previsão para o ano de 2025 no plano de contratações anual.

3. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Subcontratação

3.1.1. Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto.

3.2. Sustentabilidade

3.2.1. O MDF utilizado deve ser proveniente de fornecedor que utiliza madeira certificada pelo FSC (Forest Stewardship Council) ou equivalente.

3.2.2. O MDF utilizado deve ser proveniente de fornecedor com certificação ISO 14001 (Gestão Ambiental).

3.2.3. O MDF utilizado deve ser proveniente de fornecedor com certificação CARB2 (California Air Resources Board – Fase 2) ou equivalente (baixa emissão de compostos orgânicos voláteis, especialmente o formaldeídos).

3.2.4. O contratado deverá responsabilizar-se pela destinação final de resíduos sólidos proveniente da fabricação e instalação dos móveis, de acordo às normativas pertinentes.

3.3. Indicação de marcas/modelos

3.3.1. Não se aplica.

3.4. Garantia da proposta

3.4.1. Não se aplica.

3.5. Garantia da contratação

3.5.1. Não se aplica.

3.6. Garantia, manutenção e assistência técnica



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / administracao@patobranco.pr.leg.br





3.6.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

3.6.2. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 9 (nove) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

3.6.3. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

3.6.4. A garantia será prestada com vistas a manter os bens fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

3.6.5. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

3.6.6. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

3.6.7. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do bem.

3.6.8. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data de retirada do bem das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

3.6.9. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

3.6.10. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos bens.

3.6.11. O custo referente ao transporte dos bens cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

3.6.12. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

3.7. Exigência de amostra/prova de conceito

3.7.1. Não se aplica.

3.8. Exigência de carta de solidariedade

3.8.1. Não se aplica.

3.9. Vedação de contratação de marca ou produto



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / administracao@patobranco.pr.leg.br





**CÂMARA MUNICIPAL DE
PATO BRANCO**

3.9.1. Não se aplica.

3.10. Conformidade com normas específicas

3.10.1. O MDF utilizado deve ser proveniente de fornecedor com certificação ISO 14001 (Gestão Ambiental).

3.11. Requisitos de habilitação

3.11.1. Habilitação jurídica

3.11.1.1. A habilitação jurídica se dará de acordo ao art. 66 da Lei 14.133/21, por meio de:

3.11.1.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

3.11.1.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

3.11.1.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

3.11.1.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

3.11.1.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

3.11.1.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

3.11.1.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

3.11.1.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

3.11.1.1.9. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / administracao@patobranco.pr.leg.br





**CÂMARA MUNICIPAL DE
PATO BRANCO**

3.11.1.1.10. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

3.11.1.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

3.11.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

3.11.2.1. A habilitação fiscal, social e trabalhista se dará de acordo ao art. 68 da Lei 14.133/21, por meio de:

3.11.2.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

3.11.2.1.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

3.11.2.1.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

3.11.2.1.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

3.11.2.1.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

3.11.2.1.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

3.11.2.1.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

3.11.2.2. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

3.11.2.3. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

3.11.3. Qualificação técnica

3.11.3.1. A qualificação técnica será exigida conforme o artigo 67 da Lei nº 14.133/2021, justificando-se pela necessidade de garantir a qualidade e a adequada execução dos serviços.

3.11.3.2. Essa exigência tem o objetivo de mitigar os riscos identificados na análise de risco, especialmente aqueles relacionados a falhas na execução do objeto.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / administracao@patobranco.pr.leg.br





3.11.3.3. Dessa forma, a comprovação da capacidade técnico-operacional da contratada assegura que a empresa possui experiência comprovada e equipe qualificada, garantindo que os serviços sejam prestados de maneira segura, eficiente e em conformidade com as especificações do contrato, e se dará por meio de:

3.11.3.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares ou prestação de serviço similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

3.11.3.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados relativos à confecção, fornecimento e instalação de móveis sob medida.

3.11.3.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

3.11.3.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

3.11.3.6. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

3.11.4. Habilitação econômico-financeira

3.11.4.1. A habilitação econômico-financeira se dará de acordo ao art. 69 da Lei 14.133/21, por meio de:

3.11.4.1.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

3.11.4.1.1.1. O balanço patrimonial relativo ao último exercício deverá comprovar índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), e deverão ser extraídos de acordo ao seguinte.

<p>Sendo:</p> $LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$ $SG = AT / (PC + ELP)$ $LC = AC / PC$	<p>Onde:</p> <p>AC= Ativo Circulante</p> <p>RLP= Realizável a Longo Prazo</p> <p>PC= Passivo Circulante</p> <p>ELP= Exigível a Longo Prazo</p> <p>AT= Ativo Total</p>
--	---

3.11.4.1.1.2. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

3.11.4.1.1.3. Empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as demais exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.





**CÂMARA MUNICIPAL DE
PATO BRANCO**

3.11.4.1.1.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

3.11.4.1.1.5. O atendimento dos índices econômicos previstos deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

3.11.4.1.1.6. A licitante que apresentar resultado menor que 1 (um), no cálculo de quaisquer dos índices referidos neste termo, deverá comprovar possuir patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% do valor global da contratação.

3.11.4.1.2. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

3.11.4.1.2.1. A licitante deverá apresentar certidão negativa de falência expedida pelo órgão competente, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data da sessão pública da licitação, salvo se o próprio documento estabelecer prazo de validade superior.

3.11.4.1.3. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples.

3.11.5. Disposições gerais sobre habilitação

3.11.5.1. Quando permitida a participação na licitação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

3.11.5.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

3.11.5.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

3.11.5.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

3.11.5.5. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

3.11.6. Documentação complementar para cooperativas

3.11.6.1. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

3.11.6.1.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / administracao@patobranco.pr.leg.br





CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971.

3.11.6.1.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados.

3.11.6.1.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço.

3.11.6.1.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107.

3.11.6.1.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato.

3.11.6.1.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

3.11.6.1.6.1. Ata de fundação.

3.11.6.1.6.2. Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou.

3.11.6.1.6.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia.

3.11.6.1.6.4. Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias.

3.11.6.1.6.5. Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais.

3.11.6.1.6.6. Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação.

3.11.6.1.6.7. Última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

3.12. Vistoria técnica

3.12.1. Não se aplica.

3.13. Sistema de Registro de Preços

3.13.1. Não se aplica.

3.14. Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte

3.14.1. Não se aplica.

3.15. Margem de Preferência

3.15.1. Não se aplica.

3.16. Requisitos gerais

3.16.1. A CONTRATADA será responsável pela desmontagem e estocagem dos móveis atualmente existentes, em local indicado pela CONTRATANTE, sem necessidade de transporte externo à edificação, sem qualquer custo adicional.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / administracao@patobranco.pr.leg.br





3.16.2. Durante a execução dos serviços de desmontagem e estovagem dos móveis atuais, a CONTRATADA deverá garantir a integridade dos móveis desmontados, adotando as devidas precauções para evitar danos.

3.16.2.1. Caso ocorra qualquer avaria decorrente de sua ação ou omissão, a CONTRATADA será responsável pela reparação ou substituição dos itens danificados, fornecendo novos móveis de especificações iguais ou superiores, sem ônus para a CONTRATANTE.

3.16.3. A CONTRATADA deverá realizar a entrega, montagem e instalação dos móveis novos dentro do prazo estabelecido, seguindo as especificações técnicas definidas no contrato e no Termo de Referência.

3.16.4. A instalação deverá ser feita por profissionais qualificados, utilizando ferramentas e técnicas adequadas para garantir a segurança e durabilidade dos móveis.

3.16.5. A CONTRATADA deverá adotar medidas para evitar danos às instalações físicas do local (paredes, pisos, portas etc.) durante a desmontagem, estocagem e instalação dos móveis.

3.16.6. O local deverá ser mantido organizado e limpo ao final dos trabalhos, com destinação adequada de resíduos gerados.

3.16.7. Os móveis fornecidos deverão ser fabricados com materiais de alta qualidade e durabilidade.

3.16.8. A CONTRATADA deverá comprovar que os materiais utilizados possuem certificações ambientais, como FSC ou equivalente, garantindo a origem sustentável da madeira.

3.16.9. A CONTRATADA deverá fornecer Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) aos seus funcionários e garantir que todos os procedimentos sejam realizados conforme as normas de segurança do trabalho.

3.16.10. É de responsabilidade da CONTRATADA que todos os trabalhadores envolvidos estejam regularmente registrados, conforme a legislação vigente.

3.16.11. Caso a CONTRATADA forneça produtos em desacordo com as especificações contratuais, poderá ser exigida a substituição imediata dos itens sem custos adicionais e poderá haver sanções administrativas.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A presente contratação tem por objetivo a confecção, fornecimento, entrega e instalação de móveis sob medida para atender às necessidades da Casa Legislativa, proporcionando mobiliário funcional, ergonômico e de alta qualidade para suas dependências.

4.2. Os serviços deverão ser executados de forma planejada, garantindo a adequação dos móveis aos espaços designados, conforme especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

4.3. A instalação dos mobiliários será realizada em horário de comercial, podendo coincidir com o horário de expediente da CONTRATANTE, sendo de responsabilidade da CONTRATADA adotar todas as medidas necessárias para evitar interferências no funcionamento das atividades da Casa Legislativa. Para isso, a CONTRATADA deverá:



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / administracao@patobranco.pr.leg.br





4.3.1. Manejar os mobiliários de forma cuidadosa, preservando a integridade dos materiais e evitando danos às instalações do prédio.

4.3.2. Minimizar ruídos e impactos durante a execução dos serviços, adotando técnicas e equipamentos que reduzam a propagação de som e vibrações.

4.3.3. Gerenciar resíduos e materiais descartáveis, garantindo a limpeza do ambiente ao término das atividades diárias e providenciando a destinação adequada dos resíduos gerados.

4.4. Além do fornecimento de novos móveis, a solução contratada envolve duas situações específicas em relação aos móveis atualmente existentes:

4.4.1. Desmontagem e armazenamento de mobiliários que não serão mais utilizados.

4.4.1.1. A CONTRATADA deverá proceder à desmontagem e estocagem dos móveis que serão retirados, em local indicado pela CONTRATANTE, sem qualquer custo adicional.

4.4.1.2. Durante esse processo, a CONTRATADA deverá garantir a integridade dos bens desmontados, adotando os devidos cuidados para evitar avarias.

4.4.1.3. Caso qualquer móvel seja danificado durante a desmontagem ou transporte, a CONTRATADA será responsável por sua reparação ou substituição por item de mesmas especificações ou superiores, sem ônus para a CONTRATANTE.

4.4.2. Ajustes e adequações em mobiliários atualmente existentes.

4.4.2.1. Alguns móveis permanecerão em uso, porém necessitam de ajustes, como troca de bases, portas e demais componentes necessários para sua adequação e reutilização, além da necessidade de troca de ambiente de alguns móveis existentes.

4.4.2.2. Além disso, um painel deverá ser removido e posteriormente reinstalado no local indicado pela CONTRATANTE.

4.4.2.3. Para esses serviços, a CONTRATADA deverá adotar procedimentos rigorosos de manuseio e instalação, garantindo que esses itens não sofram danos.

4.4.2.4. Caso ocorra qualquer avaria decorrente da execução dos serviços, a CONTRATADA será responsável pela reparação imediata ou substituição do item afetado, sem custos adicionais para a CONTRATANTE.

4.5. Com o fornecimento, ajustes e instalação dos móveis, busca-se garantir maior conforto, organização e funcionalidade aos espaços administrativos e operacionais da Casa Legislativa, contribuindo para a eficiência das atividades desenvolvidas e o bem-estar dos servidores e parlamentares.

5. DAS ESTIMATIVAS DE QUANTIDADES E VALORES

5.1. Das quantidades

5.1.1. As quantidades foram estipuladas de acordo às necessidades, considerando 11 (onze) Gabinetes de Vereadores, o Gabinete do Presidente, além de espaços administrativos e de uso comum, conforme tabela abaixo.

Item	Referência	Qty.	Locais
1	M1 - MESA LISA SEM GAVETA 160X70X76 ESP.30 MM - MDF COR CUMARU, COM APARADOR GAVETEIRO 160X50X63 ESP. 30 MM - MDF COR AÇO CORTEN	17	Gabinetes de Vereadores Gabinete do Presidente



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / administracao@patobranco.pr.leg.br





2	M6 - MESA LISA SEM GAVETA 200X70X76 ESP.30 MM - MDF COR CUMARU, COM APARADOR GAVETEIRO 190X50X63 ESP. 30 MM - MDF COR AÇO CORTEN	1	Gabinete do Presidente
3	M9 - MESA SEPARADA 160X70X76 ESP. 30 MM - MDF COR CUMARU	3	Gabinetes de Vereadores Sala de Agentes Comissionados
4	M10 - APARADOR PRAT. 110X50X63 ESP. 30 MM - MDF COR AÇO CORTEN	3	Gabinetes de Vereadores Sala de Agentes Comissionados
5	M11 - MESA LISA SEM GAVETA 160X70X76 ESP.30 MM - MDF COR CUMARU, COM APARADOR GAVETEIRO 89X50X63 ESP. 30 MM - MDF COR AÇO CORTEN	5	Gabinetes de Vereadores Sala de Agentes Comissionados
6	M21 - MESA PORTA TELEFONE MÓVEL 50X50X63 ESP. 30 MM - MDF COR CUMARU	2	Depto. de Comunicação
7	M23 - CAXEPÓ EMBUTIR BANDEIRAS SALA PRESIDENTE ESP 30 MM MDF	1	Gabinete do Presidente
8	M24 - APARADOR ARMÁRIO HALL ELEVADOR 150X50X85 ESP. 30 MM - MDF COR CUMARU	3	Ambientes coletivos
9	M25 - APARADOR ARMÁRIO HALL GALERIA ANDARES 300X50X85 ESP. 30 MM - MDF COR CUMARU	3	Ambientes coletivos
10	M38 - APARADOR ARMÁRIO PRESIDENTE 50X50X85 ESP. 30 MM - MDF COR CUMARU	1	Gabinete do Presidente
11	M39 - PAINEL RIPADO TV PRESIDENTE 647X285 ESP. 30 MM - MDF COR CUMARU E AÇO CORTEN	1	Gabinete do Presidente
12	PAINEL RIPADO PRESIDENTE 347X284 ESP. 30MM - MDF COR CUMARU E AÇO CORTEN	1	Gabinete do Presidente
13	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA SALA T02 540X120X71 COM GAVETEIROS ESP. 30 MM MDF COR AMADEIRADO MÉDIO E AMADEIRADO ESCURO	1	Depto. Administrativo
14	PORTAS VAI E VEM 107X212 MDF COR BRANCA	4	Corredores
15	PORTAS VAI E VEM 120X212 MDF COR BRANCA	1	Corredores
16	SERVIÇO DE AJUSTE DA BASE DE MESA SOB MEDIDA. DESLOCAMENTO DA SUSTENTAÇÃO VERTICAL DA BASE PARA DISPONIBILIZAR ESPAÇO PARA AS PERNAS NA BORDA DA MESA	1	Sala de Comissões
17	SERVIÇO DE AJUSTES DE PORTAS DE APARADOR EM MDF 310X60X77 EXISTENTE NA SALA T02. PARA ADEQUAÇÃO À ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA SALA T02.	1	Depto. Administrativo
18	SERVIÇO DE DESMONTAGEM DE MESAS EM "L" SOB MEDIDA EM MDF 185X200X80 DA SALA T02 E MONTAGEM EM OUTRO LOCAL	2	Depto. Administrativo
19	SERVIÇO DE AJUSTE EM MESA EXISTENTE NA RECEPÇÃO DEVIDO À NECESSIDADE DE REPOSICIONAMENTO DA MESMA (INVERSÃO DE LADO)	1	Recepção
20	SERVIÇO DE RETIRADA E RECOLOCAÇÃO DE PAINEL EM MDF 610X285 e 120X285 ESP.30MM DA SALA DE REUNIÕES	1	Sala de reuniões
21	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TOMADAS PARA MESA DE EMBUTIR TIPO POP-UP COM DUAS TOMADAS ELÉTRICAS E USB-C E USB-A 2.0	19	Mesa do Plenário de Sessões

5.2. Dos valores

5.2.1. Considerando a especificidade dos móveis sob medida a serem adquiridos, a pesquisa de preços foi conduzida conforme exigido pelo art. 23, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / administracao@patobranco.pr.leg.br





5.2.2. Devido às características peculiares do objeto, que variam conforme dimensões, materiais, acabamentos e necessidades personalizadas, verificou-se a dificuldade de obter valores referenciais em bases de outras contratações públicas.

5.2.3. Dessa forma, optou-se por realizar pesquisa diretamente com fornecedores especializados no setor moveleiro, uma abordagem permitida pela legislação vigente.

5.2.4. Foram solicitados orçamentos a 11 (onze) empresas, cujos cartões CNPJ e e-mails de solicitação encontram-se anexos do presente processo de contratação.

5.2.5. A seleção dessas empresas foi realizada com base em um critério objetivo e impessoal, com base em fornecedores que participaram em licitações de outros entes públicos para o mesmo objeto.

5.2.6. Dessa forma, a metodologia adotada para a pesquisa de preços visa garantir um orçamento estimativo realista e condizente com as condições do mercado, possibilitando uma contratação econômica, eficiente e em conformidade com os princípios da administração pública.

5.2.7. Ressalta-se que, das 11 (onze) empresas contatadas, 4 (quatro) enviaram orçamentos.

5.2.8. Os valores unitários por item foram analisados, sendo que, na maioria dos casos, nem todos os valores foram aproveitados.

5.2.9. Destaca-se, em especial, os preços apresentados pela empresa representa na coluna "v4", os quais apresentaram discrepâncias significativas em relação aos demais, motivo pelo qual foram, em grande parte, desconsiderados na composição do valor estimado, conforme demonstrado nas tabelas a seguir.

Tabela de valores totais					
Item	Quantidade	v1	v2	V3	v4
1	17	R\$ 44.166,00	R\$ 49.130,00	R\$ 45.900,00	R\$ 155.817,84
2	1	R\$ 2.645,00	R\$ 3.450,00	R\$ 2.750,00	R\$ 10.714,69
3	3	R\$ 3.978,00	R\$ 4.560,00	R\$ 4.500,00	R\$ 7.350,03
4	3	R\$ 3.816,00	R\$ 3.510,00	R\$ 3.900,00	R\$ 11.085,53
5	5	R\$ 12.830,00	R\$ 13.750,00	R\$ 13.500,00	R\$ 36.437,69
6	2	R\$ 1.974,00	R\$ 1.700,00	R\$ 2.000,00	R\$ 10.211,88
7	1	R\$ 786,00	R\$ 1.080,00	R\$ 800,00	R\$ 3.984,25
8	3	R\$ 4.434,00	R\$ 6.600,00	R\$ 4.500,00	R\$ 18.608,61
9	3	R\$ 8.868,00	R\$ 16.500,00	R\$ 9.000,00	R\$ 41.556,71
10	1	R\$ 1.164,00	R\$ 3.100,00	R\$ 1.350,00	R\$ 5.108,83
11	1	R\$ 5.378,00	R\$ 14.200,00	R\$ 8.500,00	R\$ 16.615,17
12	1	R\$ 3.154,00	R\$ 8.200,00	R\$ 7.500,00	R\$ 12.630,52
13	1	R\$ 5.078,00	R\$ 7.200,00	R\$ 6.500,00	R\$ 21.496,73
14	4	R\$ 15.184,00	R\$ 11.600,00	R\$ 14.000,00	R\$ 30.811,57
15	1	R\$ 3.997,00	R\$ 2.950,00	R\$ 3.500,00	R\$ 7.702,89
16	1	R\$ 1.087,00	R\$ 800,00	R\$ 1.500,00	R\$ 562,74
17	1	R\$ 1.487,00	R\$ 800,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.566,67
18	2	R\$ 2.186,00	R\$ 800,00	R\$ 2.200,00	R\$ 3.115,72
19	1	R\$ 2.075,00	R\$ 1.400,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.884,46
20	1	R\$ 2.746,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.650,00	R\$ 5.619,89





**CÂMARA MUNICIPAL DE
PATO BRANCO**

21	19	R\$ 14.174,00	R\$ 4.180,00	R\$ 9.500,00	R\$ 16.550,48
Total		R\$ 141.207,00	R\$ 158.010,00	R\$ 147.550,00	R\$ 420.432,90

5.2.10. Neste sentido, foram desconsiderados os valores unitários que apresentaram acréscimo superior a 30% em relação ao segundo maior valor da amostra do respectivo item, por serem considerados discrepantes e potencialmente distorcerem a média de referência, os quais estão destacados em vermelho na seguinte tabela.

Item	Qnt.	Valor unitário 1	Valor unitário 2	Valor unitário 3	Valor unitário 4	Média - Valor unitário	Média - Total por Item
1	17	R\$ 2.598,00	R\$ 2.890,00	R\$ 2.700,00	R\$ 9.165,76	R\$ 2.729,33	R\$ 46.398,67
2	1	R\$ 2.645,00	R\$ 3.450,00	R\$ 2.750,00	R\$ 10.714,69	R\$ 2.948,33	R\$ 2.948,33
3	3	R\$ 1.326,00	R\$ 1.520,00	R\$ 1.500,00	R\$ 2.450,01	R\$ 1.448,67	R\$ 4.346,00
4	3	R\$ 1.272,00	R\$ 1.170,00	R\$ 1.300,00	R\$ 3.695,18	R\$ 1.247,33	R\$ 3.742,00
5	5	R\$ 2.566,00	R\$ 2.750,00	R\$ 2.700,00	R\$ 7.287,54	R\$ 2.672,00	R\$ 13.360,00
6	2	R\$ 987,00	R\$ 850,00	R\$ 1.000,00	R\$ 5.105,94	R\$ 945,67	R\$ 1.891,33
7	1	R\$ 786,00	R\$ 1.080,00	R\$ 800,00	R\$ 3.984,25	R\$ 888,67	R\$ 888,67
8	3	R\$ 1.478,00	R\$ 2.200,00	R\$ 1.500,00	R\$ 6.202,87	R\$ 1.726,00	R\$ 5.178,00
9	3	R\$ 2.956,00	R\$ 5.500,00	R\$ 3.000,00	R\$ 13.852,24	R\$ 3.818,67	R\$ 11.456,00
10	1	R\$ 1.164,00	R\$ 3.100,00	R\$ 1.350,00	R\$ 5.108,83	R\$ 1.871,33	R\$ 1.871,33
11	1	R\$ 5.378,00	R\$ 14.200,00	R\$ 8.500,00	R\$ 16.615,17	R\$ 11.173,29	R\$ 11.173,29
12	1	R\$ 3.154,00	R\$ 8.200,00	R\$ 7.500,00	R\$ 12.630,52	R\$ 6.284,67	R\$ 6.284,67
13	1	R\$ 5.078,00	R\$ 7.200,00	R\$ 6.500,00	R\$ 21.496,73	R\$ 6.259,33	R\$ 6.259,33
14	4	R\$ 3.796,00	R\$ 2.900,00	R\$ 3.500,00	R\$ 7.702,89	R\$ 3.398,67	R\$ 13.594,67
15	1	R\$ 3.997,00	R\$ 2.950,00	R\$ 3.500,00	R\$ 7.702,89	R\$ 3.482,33	R\$ 3.482,33
16	1	R\$ 1.087,00	R\$ 800,00	R\$ 1.500,00	R\$ 562,74	R\$ 816,58	R\$ 816,58
17	1	R\$ 1.487,00	R\$ 800,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.566,67	R\$ 1.338,42	R\$ 1.338,42
18	2	R\$ 1.093,00	R\$ 400,00	R\$ 1.100,00	R\$ 1.557,86	R\$ 864,33	R\$ 1.728,67
19	1	R\$ 2.075,00	R\$ 1.400,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.884,46	R\$ 1.825,00	R\$ 1.825,00
20	1	R\$ 2.746,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.650,00	R\$ 5.619,89	R\$ 2.632,00	R\$ 2.632,00
21	19	R\$ 746,00	R\$ 220,00	R\$ 500,00	R\$ 871,08	R\$ 584,27	R\$ 11.101,12
Total global							R\$ 152.316,41

6. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1. Para a presente contratação de móveis sob medida, foi realizado um levantamento de mercado visando identificar possíveis alternativas para o atendimento da necessidade da Casa Legislativa.

6.2. Constatou-se que a confecção dos mobiliários sob medida requer equipamentos especializados, insumos específicos e mão de obra qualificada, fatores que inviabilizam a execução direta por parte da CONTRATANTE.

6.3. Dentre as principais razões que justificam a necessidade de contratação de uma empresa especializada, destacam-se: inexistência de infraestrutura própria, falta de insumos e materiais específicos, ausência de profissionais capacitados, necessidade de conformidade com normas técnicas e rapidez e eficiência na execução.

6.4. Diante desses fatores, conclui-se que não há alternativa viável além da contratação de empresa especializada para a confecção, fornecimento e instalação dos móveis sob medida, garantindo a adequada execução dos serviços e a conformidade com os requisitos técnicos e funcionais estabelecidos:



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / administracao@patobranco.pr.leg.br





**CÂMARA MUNICIPAL DE
PATO BRANCO**

7. DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO, DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

7.1. Do parcelamento ou não

7.1.1. A presente contratação tem por objetivo a confecção, fornecimento e instalação de móveis sob medida para a Casa Legislativa, sendo necessária sua execução por grupo de itens, sem parcelamento do objeto, em razão dos seguintes fatores técnicos, operacionais e administrativos:

7.1.1.1. Necessidade de Padronização dos Móveis

7.1.1.1.1. Os móveis a serem adquiridos devem seguir um padrão estético e funcional uniforme, garantindo harmonia visual e ergonomia adequada aos ambientes da Casa Legislativa.

7.1.1.1.2. O parcelamento da contratação poderia resultar em fornecimento por diferentes empresas, gerando discrepâncias de materiais, cores, acabamentos e padrões de montagem, comprometendo a unidade visual e funcional dos espaços.

7.1.1.2. Garantia de Qualidade e Compatibilidade Técnica

7.1.1.2.1. A contratação por um único fornecedor possibilita a utilização de materiais e acabamentos homogêneos, evitando variações na qualidade da madeira, ferragens, revestimentos e sistemas de fixação.

7.1.1.2.2. Caso o fornecimento fosse fragmentado, haveria risco de incompatibilidades entre peças de diferentes fornecedores, dificultando ajustes, reposições e manutenção futura.

7.1.1.3. Maior Eficiência na Gestão e Execução Contratual

7.1.1.3.1. A centralização do fornecimento em um único contrato facilita a gestão administrativa e fiscalizatória da execução contratual, pois: (i) reduz a necessidade de múltiplos processos de acompanhamento e fiscalização; (ii) facilita a aplicação de penalidades e garantias, caso necessário; e (iii) permite maior controle dos prazos de entrega e da instalação dos móveis.

7.1.1.4. Redução de Custos e Economia de Escala

7.1.1.4.1. A contratação por grupo de itens pode gerar ganhos financeiros devido à economia de escala, possibilitando melhores condições comerciais, descontos na aquisição de insumos e maior eficiência logística na fabricação e entrega dos móveis.

7.1.1.4.2. O parcelamento poderia fragmentar a demanda e impedir a obtenção desses benefícios econômicos.

7.1.1.5. Logística Integrada e Execução Coordenada

7.1.1.5.1. A produção e instalação dos móveis deve seguir um cronograma único e coordenado, garantindo a entrega simultânea e a otimização do espaço físico durante a instalação.

7.1.1.5.2. A divisão em contratos distintos poderia acarretar atrasos na conclusão do serviço, uma vez que diferentes fornecedores poderiam trabalhar em tempos distintos, prejudicando o funcionamento das atividades da Casa Legislativa.

7.1.1.6. Responsabilidade Técnica Unificada



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / administracao@patobranco.pr.leg.br





7.1.1.6.1. Ao contratar um único fornecedor, a responsabilidade técnica pelo fornecimento, montagem e ajustes dos móveis é atribuída a uma única empresa, evitando conflitos de responsabilidade entre diferentes fornecedores em caso de eventuais falhas ou necessidade de substituições.

7.1.2. Diante dos argumentos apresentados, justifica-se a contratação por grupo de itens, sem parcelamento do objeto, garantindo padronização, eficiência na gestão contratual, economia de escala, logística otimizada e maior controle de qualidade, assegurando que os móveis fornecidos atendam integralmente às necessidades da Casa Legislativa.

7.2. Da modalidade de licitação

7.2.1. Em relação à modalidade de licitação, considerando que se trata de um bem comum, a contratação enquadra-se na modalidade pregão eletrônico, conforme disposto na legislação vigente.

7.3. Do critério de julgamento

7.3.1. Quanto ao critério de julgamento, a melhor adequação ao objeto é a escolha pelo menor preço.

8. DO DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

8.1. A presente contratação tem como objetivo a aquisição e instalação de móveis sob medida para a Casa Legislativa, visando aprimorar a infraestrutura dos espaços institucionais e proporcionar um ambiente mais funcional, confortável e organizado.

8.2. Com a aquisição dos novos mobiliários, espera-se alcançar os seguintes resultados:

8.2.1. Modernização e adequação dos ambientes, garantindo mobiliário de qualidade, ergonômico e alinhado às necessidades dos usuários.

8.2.2. Padronização e harmonia visual, assegurando uniformidade nos materiais, acabamentos e design, contribuindo para um ambiente institucional mais organizado.

8.2.3. Otimização do espaço físico, com móveis planejados que melhor aproveitem as áreas disponíveis, facilitando a disposição e o fluxo de trabalho.

8.2.4. Melhoria na eficiência e produtividade, ao proporcionar um ambiente adequado e confortável para o desempenho das atividades legislativas e administrativas.

8.2.5. Sustentabilidade e durabilidade, por meio do uso de materiais certificados, resistentes e de fácil manutenção, garantindo maior vida útil ao mobiliário.

8.3. Com essa contratação, busca-se aprimorar as condições de trabalho e atendimento na Casa Legislativa, promovendo um ambiente adequado às demandas institucionais e contribuindo para a eficiência dos serviços prestados.

9. DAS PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

9.1. Não se fazem necessárias providências prévias à assinatura do contrato, uma vez que o corpo de servidores da Casa relacionados à execução contratual encontra-se devidamente capacitado e capaz para conduzir a execução do mesmo.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / administracao@patobranco.pr.leg.br



10. DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

10.1. Para a presente contratação, verifica-se a contratação de manutenção civil como uma possível contratação correlata, em caso de necessidade de adequação de ambientes, sendo que a Casa Legislativa possui contratação vigente para este objeto.

11. DA DESCRIÇÃO DE POSSÍVEL IMPACTOS AMBIENTAIS

11.1. Verificam-se os seguintes possíveis impactos ambientais.

Identificado	Descrição	Medidas Mitigadoras
Uso de madeira sem certificação	Risco de desmatamento irregular e exploração de madeira de origem não sustentável	Exigir madeira certificada FSC ou equivalente, garantindo origem legal e manejo sustentável
Emissão de compostos orgânicos voláteis (COVs)	Vernizes, tintas e colas podem conter substâncias nocivas à qualidade do ar e à saúde	Exigir tintas e acabamentos de baixa emissão de COVs (especialmente o formaldeído)
Geração de resíduos sólidos	Sobras de madeira, MDF, ferragens e embalagens descartadas de forma inadequada	Exigir a destinação correta de materiais de acordo às normas vigentes
Consumo excessivo de energia e recursos naturais na fabricação	Processos produtivos podem gerar alto consumo de eletricidade e desperdício de matéria-prima	Preferência por fornecedores certificados com ISO 14001 e práticas de eficiência energética
Descarte inadequado de móveis antigos	Móveis desmontados podem ser descartados irregularmente, gerando poluição	Promover o correto encaminhamento à Prefeitura dos móveis retirados
Transporte e emissão de CO ₂	O deslocamento de materiais e móveis pode aumentar a pegada de carbono	Otimizar a logística de entrega para reduzir emissões de CO ₂

12. DA ANÁLISE DE RISCOS

12.1. Para a presente contratação, verifica-se os seguintes possíveis riscos e as respectivas medidas mitigadoras.

Risco Identificado	Impacto Potencial	Medidas Mitigadoras
Atraso na entrega e instalação dos móveis	Comprometimento dos prazos de utilização dos espaços	Estabelecimento de cronograma rigoroso e penalidades para atrasos
Despadronização dos móveis adquiridos	Prejuízo estético e funcional, dificultando a harmonização dos ambientes	Definição clara das especificações técnicas e agrupamento de itens
Danos ao mobiliário existente durante desmontagem e armazenamento	Necessidade de reposição de móveis antigos, gerando custos adicionais	Supervisão rigorosa durante a desmontagem e transporte e previsão de responsabilidade por danificação
Incompatibilidade dos móveis novos	Necessidade de ajustes estruturais,	Análise técnica prévia do local por



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / administracao@patobranco.pr.leg.br





com infraestrutura existente	atrasos e custos extras	parte da Contratada e compatibilização dos projetos antes da efetiva execução
Impacto no funcionamento da Casa Legislativa durante a instalação	Interferência nas atividades legislativas, prejudicando a rotina de trabalho	Execução dos serviços em horários e dias estratégicos, minimizando impactos
Descumprimento de critérios de sustentabilidade	Aquisição de móveis sem certificação ambiental com diminuição da contribuição à sustentabilidade	Exigência de certificações ambientais e adoção de materiais sustentáveis
Variação de preços ou custos adicionais imprevistos	Descontrole financeiro do contrato e risco de sobrepreço	Pesquisa de mercado detalhada e previsão de reajustes contratuais
Falhas na fiscalização e no recebimento dos móveis	Recebimento de produtos fora das especificações e baixa qualidade	Fiscalização contínua da entrega, com conferência de qualidade e conformidade
Baixa durabilidade ou defeitos nos móveis entregues	Comprometimento da vida útil dos móveis, exigindo manutenção frequente	Garantia mínima exigida no contrato e cláusula de assistência técnica
Pouca experiência prática e técnica do contratado	Risco de erros na fabricação e instalação dos móveis, comprometendo a qualidade e a funcionalidade	Exigência de atestado de capacidade técnica e comprovação de experiência em contratos similares

13. DOS ITENS DESTE ESTUDO PRELIMINAR

13.1. Com base nos itens arrolados neste estudo preliminar, é possível aferir as principais características da presente contratação, pelo que se justifica a não contemplação de todos os incisos do § 1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021, com base no disposto no § 2º do mesmo artigo da Lei, bem como no disposto no § 2º do art. 2º do Decreto Municipal nº 9.604/2023.

14. DA CONCLUSÃO

14.1. Diante da análise técnica realizada, conclui-se pela viabilidade e necessidade da contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de móveis sob medida, com o objetivo de modernizar, padronizar e adequar os ambientes institucionais da Câmara Municipal de Pato Branco.

14.2. A contratação encontra respaldo no Plano de Contratações Anual e está alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, sustentabilidade e melhoria contínua da gestão pública.

14.3. Foram observados os requisitos legais e técnicos pertinentes, sendo adotados critérios sustentáveis, mitigação de riscos, análise de mercado e justificativa para a não divisão do objeto. Também foram descartados valores excessivamente discrepantes na pesquisa de preços, garantindo a fidedignidade da estimativa orçamentária.

14.4. A solução proposta contempla não apenas o fornecimento de novos móveis planejados, mas também o ajuste e reaproveitamento de parte do mobiliário existente, garantindo uso racional de recursos e minimização de impactos ambientais.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / administracao@patobranco.pr.leg.br





CÂMARA MUNICIPAL DE
PATO BRANCO

14.5. Assim, o presente Estudo Técnico Preliminar atende ao disposto no art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 9.604/2023, subsidiando de forma adequada e suficiente a elaboração do Termo de Referência e o prosseguimento do processo licitatório.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / administracao@patobranco.pr.leg.br

